



1 **247ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo**

2 **Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 27/11/2015**

3 Ao vigésimo sétimo dia de novembro de dois mil e quinze foi realizada a ducentésima
4 quadragésima sétima reunião ordinária do Pleno do CES/SP, na sala 600 do Conselho
5 Estadual de Saúde, no 6º andar do prédio da sede da Secretaria Estadual de Saúde,
6 com as seguintes presenças e representações: **I – PODER PÚBLICO: Secretaria de**
7 **Estado da Saúde:** Geraldo Reple Sobrinho – Suplente – Stela Félix Machado Guillin
8 Pedreira – Titular – Silvany Lemes Cruvinel Portas – Suplente - **Secretários Municipais**
9 **de Saúde:** Stênio José Correia Miranda – Titular - **Universidades do Estado de São**
10 **Paulo:** José Carlos Souza Trindade Filho – Titular - **II – PRESTADORES PRIVADOS DE**
11 **SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades com Fins Lucrativos:** Carlos José Xavier Tomanini –
12 Suplente - **III REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos**
13 **Sindicatos de Trabalhadores na Área da Saúde** - Mauri Bezerra dos Santos Filho –
14 Titular; Maria Isabel Cristina Martins Boniolo – Suplente; Gerson Sobrinho Salvador de
15 Oliveira – Suplente; Ana Lúcia de Mattos Flores – Titular - Omar Braga Mendonça –
16 Suplente - **Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional:** Ligia Rosa da Costa
17 Pereira – Titular - Pedro Claudio Bortz – Suplente; Maria Lúcia Zarvos Varellis – Titular
18 Suely Stringari de Souza – Suplente - **Associação dos Profissionais de Saúde:** Luciana
19 Soares de Barros – Titular - Neide Aparecida Sales Biscuola – Titular - **IV –**
20 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS: Centrais Sindicais:** Lázaro Cesar da Silva – Titular;
21 Benedito Alves de Souza – Titular - **Setor Empresarial:** José Augusto Queiroz – Titular -
22 **Associações de Portadores de Patologia:** Cláudio Toledo Soares Pereira – Titular;
23 Sheila Ventura Pereira – Suplente; Alcides Barrichello – Titular - **Associações de**
24 **Portadores de Deficiência** – Maria Alessandra da Silva – Suplente - **Movimentos**
25 **Populares de Saúde:** Luiz José de Souza – Titular; Arnaldo Marcolino da Silva –
26 Suplente; Leonides Gregório da Silva – Titular; Glória de Almeida Saraiva Massoni –
27 Suplente; Idreno de Almeida – Titular; Rosane Victória da Silva – Suplente - **Associação**
28 **de Defesa de Interesse da Mulher:** Sarah Munhoz – Titular - **Associação ou**
29 **Movimentos Populares de Defesa do Consumidor:** Flávio José Dantas de Oliveira –
30 Titular - **Associações de Moradores:** Expedito Pedro do Nascimento – Titular; João
31 Cassiano de Oliveira – Suplente - **Programa ou Movimento Religioso de Defesa da**
32 **Saúde:** João Inácio Mildner – Titular; Maria Cristina Silveira Prado Martins – Suplente -
33 **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: I – PODER PÚBLICO: Secretaria de Estado da Saúde:**
34 David Everson Uip – Titular - **Secretários Municipais de Saúde:** Davi Eiji Furutani de
35 Oliveira – Suplente – **Universidades do Estado de São Paulo:** Silke Anna Theresa
36 Weber – Suplente - **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades**
37 **Filantrópicas:** Meire Cristina Vieira Rosa Ghilarducci – Titular - **Entidades com Fins**
38 **Lucrativos:** Marcelo Luis Gratão – Titular - **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**
39 **DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na Área da Saúde** –
40 Natanael da Costa – Titular - **Associação dos Profissionais de Saúde** – Marli Brasioli –
41 Suplente; Laura Magrini Luiz Alonso – Suplente - **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS**
42 **– Centrais Sindicais:** Rosilânia Correia Lima – Titular; Oldimar Sergio Alves dos Santos –
43 Suplente; Ismael Gianeri – Suplente - **Setor Empresarial:** Joffre Setterval Moraes –
44 Suplente - **Associações de Portadores de Patologia:** Luiz Carlos Medeiros de Paula –
45 Suplente - **Associações de Portadores de Deficiência** – Claudia Sofia Indalecio Pereira –
46 Titular - **Movimentos Populares de Saúde:** Douglas Nogueira Alves – Titular -
47 **Associação de Defesa de Interesse da Mulher:** Maria José Majô Jandreice – Suplente



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



48 **Associação ou Movimentos Populares de Defesa do Consumidor:** Carlos Botazzo –
49 Suplente - **AUSENTES: I – PODER PÚBLICO – Secretários Municipais de Saúde :**
50 Roberta Ap. Meneghetti Brandão - Titular – Sandra Magali Fihlie Barbeiro – Suplente -
51 **Universidades do Estado de São Paulo:** Gustavo Pereira Fraga – Titular; Luis Augusto
52 Passeri – Suplente - **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades**
53 **Filantrópicas:** Mara Christiane de Vasconcelos Liberato – Suplente - **IV –**
54 **REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS – Centrais Sindicais:** Cleonice Caetano Souza –
55 Suplente - **Movimentos Populares de Saúde:** Roberto Canavezzi – Suplente -
56 **CONVIDADOS(AS):** Arlete M. Concilio, Márcia Corrêa de Araujo, Adalgiza B. Nogueira
57 Nomura, Fátima P. Bombarda, Jean Carlos de Oliveira Dantas, Maria Ermínia Ciliberti,
58 Nayara B. S. Vieira, Eduardo Ribeiro, Artur O. Kalichman, Wilson F. de Souza, Silvia
59 Carvalho, Maria Luiza R. Stucchi, Janilson de Souza, Haino Burmester, Alessandra M. F.
60 Casarini, Adriane Lopes Medeiros, Patricia Camargo Ferreira, Luis Carlos P. Silva, Suely
61 Vallim, Elisa Azevedo, Dirce Juski Junior, Fabiana B. Guilherme Oliveira, Giovanna
62 Pargoli Bellomo, Isabel de Lelis A. Morais, Eliana Gandofi, Maria F. S. Lima, Anísio D. S.
63 Dourado, Sobima D. B. Gonçalves, José Eduardo Gonçalves, Alessandra D. Souza, Sônia
64 Assis, Maria José M. Souza, Carmem Aparecida de Freitas Oliveira, Lautter Suh,
65 Carolina Lopes Zanatta, Rosana Marques Ferro Cruz. A reunião tem início com a
66 saudação do Secretário Executivo Belfari, que faz as justificativas de ausências, dá boas
67 vindas aos novos representantes do COSEMS, inicia o expediente e sugere abertura
68 para inclusões de pauta e em seguida coloca em votação a ata da 246ª Reunião
69 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde que foi aprovada por unanimidade. Em
70 seguida, convida um representante da Mesa Diretora para presidir a reunião e após a
71 saudação do Conselheiro Lázaro o mesmo passa para os itens de pauta dando a
72 palavra para a Sra. Rosana Ferro da Coordenadoria de Planejamento de Saúde que fala
73 sobre o resultado da oficina do dia 16 de novembro para a análise e inserção das
74 propostas da 7ª Conferência Estadual de Saúde no Plano Estadual de Saúde (PES)
75 2016-2019. A Sra. Rosana Ferro coloca que inicialmente traz a apreciação do PES, com
76 14 propostas já contempladas, e as justificativas dos técnicos da Secretaria de Estado
77 da Saúde de SP (SES-SP) para as nove propostas que não foram inseridas. Na
78 sequencia, Rosana faz a leitura das propostas indicando em quais eixos, diretrizes e
79 objetivos foram contempladas, estabelecendo que seria feita a leitura de forma
80 contínua e os conselheiros que tivessem algo a se manifestar fariam sua inscrição com
81 acompanhamento do Secretário Executivo que identificou todos que iriam se
82 manifestar e em qual item. A leitura teve a seguinte ordem: 1. Rede de Saúde da
83 Pessoa com Deficiência com CER e Centros Especializados em TEA / PES – Eixo II,
84 Diretriz 4, Objetivo11 (Monitorar e avaliar a Rede de Cuidados à Pessoa com
85 Deficiência nas regiões onde estiver implantada, com base no Plano de Ação Regional
86 pactuado nas CIR e homologado na CIB. Objetivo 15 (Definir e pactuar os fluxos de
87 referência e contra referência entre os pontos de atenção que integram a Linha de
88 Cuidado das Pessoas com TEA). 2.Implementar a rede de atenção Oncológica, instituir
89 protocolos e fluxos para a vinculação dos pacientes nas referências. PES–Eixo IV,
90 Diretriz 2, Objetivo 7, meta 2 e Objetivo5, meta 2. 3.RAPS PES – Eixo II, Diretriz 3, Obj.4
91 (Apoiar financeiramente a ampliação das RT). PES-Eixo II, Diretriz 3, Objetivo 8
92 (Desenvolver processo de planejamento e implementação da Rede de Atenção
93 Psicossocial - RAPS). PES–Eixo IV, Diretriz 1, Obj.3 (Construção de 21 CAPS e reforma de
94 6 CAPS). 6. Mesa de Negociação Permanente nos moldes da Mesa Nacional / PES–Eixo
95 VI, Diretriz 2, Obj.7 (Manter a realização da Mesa de Negociação na SES/SP). 11.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



96 Financiamento regional para redução de iniquidades. PES – Eixo I e IV–Projeto Saúde
97 em Ação 12. Ampliar e adequar os Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME),
98 conforme necessidade de cada região PES–Eixo IV, Diretriz1, Obj.3 (Expandir e
99 modernizar a rede de serviços de saúde do Estado de São Paulo). 13.Estabelecer
100 câmara técnica com profissionais especializados em atenção à saúde para subsidiar o
101 poder judiciário na tomada de decisões. PES-Eixo IV, Diretriz I, Obj.4 (Organizar
102 medidas para melhorar o enfrentamento com o judiciário). 14 e 15. Instituir Política de
103 Comunicação para valorização e divulgação do SUS por meio de instrumentos de
104 comunicação em saúde a todos os profissionais da rede pública e privada, como
105 instrumento de educação permanente. PES – Eixo V, Diretriz 1, Obj.4 (Fortalecer os
106 instrumentos de comunicação para a valorização e divulgação das ações do CES e seu
107 papel no SUS). 16.Garantia de acesso de comunicação em libras e braile. PES – Eixo VI,
108 Diretriz1, Obj. 2 (Ampliar a oferta de vagas dos cursos promovidos pelo GSDRH –Grupo
109 de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos e estimular parcerias para novos
110 projetos na modalidade de Educação a Distância-EAD) e Obj.5 (Elaborar projetos de
111 treinamento, voltados a qualificação dos trabalhadores do SUS/SP). 17. Estabelecer
112 política de práticas integrativas e complementares, respeitando as especificidades
113 territoriais. PES–Eixo I, Diretriz 3, Obj.6 (Fortalecer a Assistência Farmacêutica no
114 âmbito estadual). 18.Instituir política estadual de incorporação de tecnologia ao SUS,
115 fortalecendo os Institutos e Fundações Estaduais PES –Eixo I, Diretriz 4, Obj.7
116 (Fortalecer o Instituto Butantan como laboratório público de referência nacional para a
117 produção de imunobiológicos) e Obj.8 (Fortalecer a Fundação para o Remédio Popular
118 (FURP) como laboratório oficial de referência para a produção de medicamentos). 21.
119 Operacionalização da Política Nacional de Saúde da População Negra. PES –Eixo II,
120 Diretriz 7, Obj.22 (Implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da
121 População Negra). B. Fortalecer a Política Pública de Saúde Ambiental, articulando
122 ações de gestão que incluam a Política Estadual de Resíduos Sólidos, mananciais,
123 licenças ambientais, contaminação do solo e preservação de mata. PES – Eixo VIII-
124 Integrar a SES/SP na Política Estadual de Mudanças Climáticas/PEMC. Como os
125 assuntos mais polêmicos eram as propostas não contempladas, foi de consenso que
126 passaríamos então para a leitura e debate das propostas não contempladas e ao final
127 seria dado tempo para as inscrições referentes às propostas já incluídas no PES
128 2016/2019. Dessa forma, a Sra. Rosana aponta as nove propostas restantes e pede que
129 os técnicos da SES/SP expliquem as justificativas pelas quais as propostas não puderam
130 ser contempladas. A primeira foi a implantação de Conselhos Gestores em todas as
131 unidades da SES. A Conselheira Stela, representando o segmento gestor, explica que a
132 SES/SP, em decorrência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo
133 Governo Estadual estar em julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não pode
134 implantar conselhos gestores. Como a iniciativa foi do governo e a ADI está em
135 julgamento no Supremo Tribunal Federal - STF, possível recuar até a decisão final.
136 Apesar de muitos argumentarem que a Lei das OSS também estava em julgamento no
137 STF, a situação é diferente, uma vez que quem entrou com a representação contra a
138 Lei não foi o Governo do Estado. A Conselheira Stela sugere que seja criado um grupo
139 de trabalho sobre o assunto. O Secretário Executivo Belfari esclarece que serão
140 inscritos os Conselheiros para a fala após a defesa de cada tema. Rosana passa para a
141 próxima proposta da 7ª CES que não foi possível incluir no PES 2016-2019: Concursos
142 públicos regulares para ingresso de trabalhadores da SES com redução gradativa dos
143 contratos de gestão com as OSS. O coordenador da Coordenadoria de Contratos de



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



144 Saúde da SES/SP Eduardo Ribeiro Adriano explica que, em relação a este item, a
145 discussão que foi conduzida no âmbito dessa Secretaria é que a adoção do modelo de
146 parceria com OSS na gestão de equipamentos não só de saúde, mas também de outras
147 Secretarias, é uma política de governo do Estado de São Paulo e que, portanto, não é
148 um objeto pra discussão nesta nossa pauta Diz ainda que, o modelo tem amparo legal
149 e não fere qualquer regramento vigente, ainda mais com o recente julgamento em seu
150 favor pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, não há qualquer precarização na
151 contratação de pessoal dentro do modelo de parceria com organizações sociais. A Sra.
152 Rosana dá continuidade passando para a proposta que trata do financiamento
153 tripartite SAMU e UPA. O Conselheiro Geraldo Reple, coordenador da Coordenadoria
154 de Serviços em Saúde da SES/SP, ao qual o Grupo de Resgate e Atendimento a
155 Urgências (GRAU) está vinculado, aponta que há uma demanda para que a SES/SP faça
156 a integração entre o GRAU e os serviços do SAMU. Os planos de ação são construídos e
157 pactuados regionalmente, discutindo-se os pontos que compõem a rede entre os
158 gestores municipais e o gestor estadual. Em relação ao financiamento, a SES/SP
159 disponibiliza para este componente, SAMU 192, recursos financeiros aos hospitais
160 próprios, conveniados e filantrópicos, para receber os pacientes que foram atendidos
161 neste serviço, conforme pactuado com os gestores municipais. A Coordenadora
162 Rosana passa para a proposta que trata da ampliação do aporte de recursos
163 financeiros 0,5% ao ano, até 14% da arrecadação do Estado. A Conselheira Silvany,
164 coordenadora da Coordenadoria de Planejamento de Saúde observa que o tema não
165 está na governabilidade da SES/SP e que, portanto, não é possível que o Secretário
166 decida sobre esse assunto num Plano Estadual de Saúde - depende de outra
167 regulamentação, ou aprovação de Lei Federal. O Secretário Executivo Belfari lembra os
168 participantes que toda a reunião é publicizada da melhor forma possível e são
169 transmitidas via web em tempo real para toda a população por meio do site de
170 compartilhamento de vídeos, o *Youtube*, no endereço [youtube.com/cessp](https://www.youtube.com/cessp) isso para
171 reforçar que devemos ser claros e breves nas colocações e mantermos a ordem, visto a
172 importância dos assuntos e que vários Conselheiros teriam questões a serem
173 abordadas. A Sra. Rosana passa para a discussão da proposta que trata do aumento do
174 PAB estadual para 50% do valor do PAB-Fixo Federal ao final de 4 anos. De acordo com
175 o técnico da SES/SP Arnaldo Sala, o PAB Federal está hoje a partir de R\$ 23,00 per
176 capta, a meta seria eventualmente R\$ 11,50. O técnico aponta que foram feitos
177 cálculos em relação ao que foi investido para os municípios em 2014 nos diversos
178 programas desde o PAB Estadual - o programa para as UBS, os articuladores da
179 Atenção Básica, farmacêuticos - que chegou a um valor *per capita* de R\$ 11,7. Se
180 fossem acrescentados ainda os gastos com folha de pagamento dos profissionais de
181 saúde que estão em unidades municipalizadas, o valor chegará a cerca de R\$ 16 per
182 capta - concluindo, já existe um investimento relativamente grande que não esta
183 sobre a rubrica PAB Estadual, que precisa ser considerado. A Sra. Rosana continua com
184 a leitura da proposta que trata da desvinculação do trabalho de OSS na Regulação e
185 distribuição de insumos, referentes especificamente à CROSS e à CEADIS. O
186 Coordenador Eduardo afirma que não há, não houve e não haverá qualquer conflito de
187 interesses, especificamente, em relação a essas duas unidades por elas estarem sob a
188 gestão de organização social, porque ambas não realizam nenhuma função precípua
189 do Estado. A Central de Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS) é uma unidade
190 Estadual de operação logística que faz o manejo dos insumos comprados por cada uma
191 das unidades. A CEADIS não adquire materiais para outras unidades - ela é uma



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



192 operadora logística de materiais que são pertencentes a cada uma das unidades
193 aquisitoras. Da mesma forma, CEADIS é uma unidade que faz a operação das Políticas
194 de Regulação, as quais nunca estiveram e nunca estarão sob a responsabilidade de
195 qualquer organização social. As Políticas Públicas de Regulação estão e sempre estarão
196 sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde - razão pela qual em nenhum
197 dos dois contratos de gestão há conflito de interesse. Dando sequência, a Sra. Rosana
198 lê a proposta sobre a utilização de telemedicina como ferramenta aos serviços de APH
199 (atendimento pré-hospitalar) e urgência e emergência fixa da Rede SUS. A Conselheira
200 Silvany explica que o procedimento é de responsabilidade da gestão Municipal. A SES-
201 SP até tem alguns trabalhos com tendências para ampliação. Porém, o que foi
202 colocado na proposta - o uso da telemedicina para atendimento pré-hospitalar - não é
203 da responsabilidade precípua do Estado. É responsabilidade do Município. Sobre a
204 proposta seguinte, que trata de legislação que promova aporte de recursos das
205 concessionárias que administram rodovias estaduais e intermunicipais de, no mínimo
206 5%, da receita líquida anual, para custear gastos em função dos acidentes ocorridos
207 em suas vias e atendimentos feitos pelo SUS nas cidades cujos acidentes venham a
208 ocorrer, a Sra. Rosana coloca que houve consenso de que isso seja feito por meio de
209 uma recomendação ao Governador. Da mesma forma, a proposta que trata da
210 inclusão nos ensinos fundamental e médio da disciplina “Saúde Pública Integral”, e nos
211 profissionalizantes, técnicos e superiores, da Educação em Saúde e Segurança no
212 Trabalho. Rosana conta sobre a pactuação feita com o Conselho Estadual de Saúde na
213 oficina realizada no dia 16 de novembro de 2015, de que os Conselheiros Estaduais de
214 Saúde analisariam, de forma mais aprofundada, a minuta do PES 2016-2019, e
215 encaminhariam por correio eletrônico à Secretaria Executiva e que foi transmitido à
216 área de planejamento da SES. Rosana inicia então a leitura das sugestões feitas e pede
217 ao autor dos questionamentos a manifestação de pontos ainda em debate. Iniciado
218 pela Conselheira Neide, autora da análise que identifica os eixos, diretrizes e metas do
219 seu questionamento. No Eixo I, Objetivo 1, que trata da Atenção Básica, a Conselheira
220 Neide entende que articular não propicia a implementação. O técnico Arnaldo informa
221 que a Secretaria tem um conjunto de 92 articuladores de Atenção Básica, que são
222 profissionais da Secretaria da Saúde lotados nos Departamentos Regionais, que dão
223 assistência aos municípios. O profissional ressalta que são 63 regiões de Saúde que
224 subdividem o Estado, e esses articuladores atuam junto às CIRs. A Conselheira Neide
225 coloca que a forma como está escrita não atende e coloca a possibilidade de revisão.
226 Rosana, complementando a fala da Conselheira Neide, lembra que a minuta do Plano
227 engloba as grandes diretrizes que vão se desdobrar em programações anuais, e que
228 será composto ainda um texto introdutório em todos os eixos – o que deve esclarecer
229 ainda mais as diretrizes, objetivos e metas. Sobre o Eixo I, Diretriz I, Objetivo 3, que
230 trata da participação do custeio tripartite da Atenção Básica, a Conselheira Neide
231 acredita que o município não consegue atender a necessidade do usuário. O assessor
232 técnico da SES/SP Arnaldo argumenta que o valor do PAB Estadual de R\$ 3,00 *per*
233 *capita* é insuficiente pra dar conta de todas as questões do Município, porém, existem
234 outros repasses sem contrapartida específica. A Conselheira Silvany explica que são
235 vários programas, e que cada programa atende as especificidades e estão voltados
236 para corrigir as iniquidades regionais, como o “Sorria São Paulo”, entre outros. O
237 técnico Arnaldo Sala acrescenta que o projeto financiado pelo BID também tem um
238 componente voltado para grande de investimento na Atenção Básica. O Conselheiro
239 Stênio de Miranda, então com a palavra, pede à mesa diretora que garanta as ordens



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



240 nas inscrições, enfatizando que uma das principais atribuições do Conselho é a
241 discussão, deliberação e homologação do Plano Estadual de Saúde. Questiona ainda o
242 conteúdo da pauta, que não traz a palavra homologação. O Secretário Executivo Belfari
243 responde que todo o planejamento cronológico era para a homologação nesta data, e
244 que as ressalvas discutidas para apreciação do parecer final na próxima reunião para
245 que a Comissão de Relatoria tivesse tempo de elaboração e relembra os Conselheiros
246 que o a próxima reunião será dedicada à relatoria do Parecer do CES-SP sobre o PES
247 2016-2019. Mesmo com a devida explicação o assunto não foi esgotado havendo a
248 exigência clara de se constar na pauta anteriormente enviada a palavra homologação.
249 Seguindo a reunião, o Conselheiro Stênio, então, diz que entende as alegações do Dr.
250 Arnaldo Sala, porém observa que os municípios arcam quase que integralmente com o
251 financiamento da Atenção Básica, apesar dos repasses Estaduais e Federais. A
252 Conselheira Stela assinala que um dos princípios básicos no SUS é a equidade, e o
253 Estado de São Paulo tem investido muito neste princípio, ou seja, direcionando
254 recursos principalmente para os municípios que não têm condições de cumprir suas
255 necessidades em Saúde. Sobre a sugestão do CES-SP para o Eixo I, Diretriz 6, Objetivo
256 10, em relação à ampliação da equipe de saúde bucal na estratégia saúde da família, a
257 técnica da SES/SP responsável pelo programa de saúde bucal, Fernanda Tricoli avisa
258 que a ação já é executada. O técnico Arnaldo aponta que o município pode pleitear
259 uma equipe de saúde da família, com ou sem uma equipe de saúde bucal - isso fica a
260 critério do município, é uma decisão do gestor Municipal - que vai depender da
261 estrutura física da unidade, da capacidade de folha de pagamento desse município, e
262 outra série de fatores. A Conselheira Silvany passa a comentar sobre a sugestão do
263 CES-SP, para o Eixo II, Diretriz 2, Objetivo 7, Meta 3 do PES 2016-2019, sobre a
264 ampliação da primeira consulta para rastreamento do câncer de mama nas mulheres
265 de 30 a 50 anos. A Conselheira Silvany ressalta que a SES/SP segue o que o Ministério
266 da Saúde instituiu, informando que, além dos serviços Municipais de toda rede
267 credenciada, a Secretaria criou o programa “Mulheres de Peito”, para facilitar ainda
268 mais o acesso. Na sequência, em relação ao Eixo II, Diretriz 3, Objetivo 10, Meta 2, a
269 sugestão feita foi ampliar o monitoramento do fator desencadeador dos transtornos
270 mentais em vivo. A Conselheira Neide defende a sugestão, apontando os casos de
271 depressão e suicídio de trabalhadores. A Conselheira Silvany diz que passará essa
272 demanda para a área técnica de Saúde Mental, explicando a ação e abrangência das
273 RAPS nas 63 regiões. A Conselheira Stela lembra também o papel dos CERESTs neste
274 assunto. A Conselheira Alessandra, com a palavra, informa que ação civil pública do
275 Ministério Público Federal já transitou em julgado condenando todos os CAPS aqui em
276 São Paulo. O Conselheiro Arnaldo Marcolino e a Conselheira Ana Flores observam que
277 muitos dos casos de problemas de Saúde Mental desencadeados no trabalhador
278 podem estar relacionados ao trabalho e é necessária a prevenção. A Conselheira
279 Silvany declara que o projeto BID também envolve linhas de cuidado em Saúde
280 Mental, e o assunto será discutido tanto com a área e também com a Vigilância em
281 Saúde do Trabalhador. Sobre a sugestão para o Eixo II, Diretriz 4, Objetivo 13, sobre a
282 Política Estadual de Saúde do Trabalhador e é super importante e esse tema
283 contemplado e nós vamos discutir tanto com a área de vigilância, saúde do
284 trabalhador, com a saúde mental para que possamos efetivar as linhas de cuidado.
285 Essas linhas de cuidado devem ficar prontas em 2016. É algo que não está detalhado
286 aqui, mas como a Rosana colocou os detalhamentos entram nas programações anuais.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



287 . O Conselheiro Arnaldo Marcolino expressa sua preocupação sobre o assunto, e a
288 necessidade da presença e responsabilidade do CEREST. Também cita doenças e
289 acidentes de trabalho que causam deficiências. O Conselheiro Benedito alerta que
290 também há um grande problema com relação à capacitação dos profissionais das
291 unidades de saúde, que não levam em consideração as atividades dos trabalhadores
292 na hora do atendimento. A Conselheira Sheila cita também o crescimento do racismo
293 institucional. A Conselheira Alessandra avisa que o Brasil foi um país denunciado à
294 ONU por não cuidar das pessoas com deficiência. A Conselheira Stela avalia que
295 existem CERESTs que atuam só municipalmente, sem considerar a região, e que não
296 destinam corretamente seus recursos, analisando que há necessidade de
297 reorganização. A Sra. Rosana em continuidade, prossegue com o tema específico do
298 Eixo II, Diretriz 8, Objetivo 28, sobre a violência sexual. A Conselheira Neide observa
299 que o Conselho Estadual não conhece a política sobre violência sexual, solicita
300 esclarecimentos, e a Técnica da SES/SP Suely Vallin fala sobre o assunto, apontando
301 que a formulação desta política é intersetorial, portanto contará também com outros
302 atores. Em seguida, Rosana informa que recebeu do Conselheiro Dantas a sugestão
303 sobre práticas complementares integrativas. A assessora técnica da assistência
304 farmacêutica da SES/SP Adriane lembra a Política Nacional de Práticas Integrativas e
305 Complementares no SUS de 2006, que trata de várias ações que vão desde a
306 estruturação das ações de serviços em Saúde à definição de recursos orçamentários. A
307 Conselheira Stela esclarece que o assunto deve ser debatido regionalmente já que
308 estas práticas são de responsabilidade do município (Atenção Básica) e estão fora da
309 governança da SES-SP, portando a execução não cabe ao Estado. O Conselheiro
310 Expedito fala do propósito da reunião e aponta a necessidade da aprovação do PES
311 para que ele possa ser cumprido. Os Conselheiros decidem então quando será a
312 homologação e aprovação do PES 2046-2019, bem como a redação e homologação de
313 seu parecer conclusivo pelo CES-SP. Após ampla discussão de datas e horários, ficou
314 acordado que ambas as atividades aconteceriam em reunião extraordinária no dia 11
315 de dezembro de 2015, nos períodos da manhã e tarde. Aprovado com 16 votos a favor,
316 2 contras e 1 abstenção. O Conselheiro Leonides pede declaração de seu voto para
317 constar em ata, mas há dúvida em relação a esta possibilidade por parte de outros
318 Conselheiros que recorrem ao Regimento Interno, pedindo que o Conselheiro Leo
319 aguarde para declarar seu voto até que a dúvida seja sanada. A Coordenadora Rosana
320 segue então com a leitura das sugestões do CES-SP para o PES 2016-2019, continuando
321 com a leitura do Eixo III, Diretriz 4, Objetivo 12, Meta 2, sobre o monitoramento do uso
322 dos agrotóxicos regionalmente. A Conselheira Neide aponta a necessidade de colocar
323 mais duas metas nesse indicador e mais dois indicadores de produtos. A assessora
324 técnica Rose Inamine considera pertinentes as propostas da Conselheira Neide e cita
325 que propostas relacionadas já estão, em partes, sendo contempladas no PES, de forma
326 pulverizada. Quanto à Diretriz 5, Objetivo 13, Meta 4, sobre a ampliação das análises
327 dos metais pesados em água, que causam doenças do trabalho, o assessor técnico da
328 SES/SP Paulo Tigler coloca que conservação ambiental é atribuição da Secretaria de
329 Meio Ambiente, por meio da CETESB. A Conselheira Silvany complementa que a SES/SP
330 faz análises a partir de solicitações do Adolfo Lutz, e quem faz o controle de metais na
331 água é a SABESP, portanto é uma ação que não cabe no PES. Os Conselheiros seguem
332 para a discussão do Eixo III, Diretriz 6, Objetivo 19, Meta 5, sobre a criação da Rede
333 Sentinela nos 17 DRS. A assessora técnica Helena esclarece o conceito da Vigilância
334 Sentinela , uma estratégia de monitoramento em Saúde Pública que não é uma rede



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



335 física e deve ser uma rede móvel. Devido ao adiantado da hora e a extensa pauta ainda
336 a ser discutida e deliberada pelo pleno e preocupados com a importância do tema,
337 com sugestão de se fazer dois plenos no mês de dezembro, nos dias 11 e 18 que
338 colocada em votação não foi aprovada. Os Conselheiros decidem por continuar essa
339 análise no próximo Pleno num único dia, esgotando-se as dúvidas no período da
340 manhã e no período da tarde seria votado o Parecer Conclusivo elaborado pela
341 Comissão de Relatoria, sendo aprovada a proposta com por 16 votos a favor, 2
342 contrários e 1 abstenção. É solicitado que se façam os pedidos de esclarecimentos por
343 e-mails e seguem para os outros itens de pauta: a homologação da participação da
344 Conselheira Ana Lucia de Mattos Flores e Benedito Alves na reunião do Conselho
345 Municipal de Bauru no dia 23 de novembro, a homologação da participação do
346 conselheiro Benedito Alves de Souza no V Encontro Regional de Saúde do Trabalhador
347 no CEREST Regional Marília, e a homologação do Conselheiro Padre João Mildner
348 como representante da Delegação Paulista à 15ª Conferência Nacional de Saúde com
349 a Comissão Organizadora do Conselho Nacional de Saúde, e a participação do
350 Conselheiro Arnaldo Marcolino na Conferência Municipal de Cubatão. Todos
351 aprovados com 16 votos favoráveis. Os Conselheiros aprovam ainda, com 15 votos
352 favoráveis, outro item de pauta, referendando a homologação feita pela Comissão
353 Organizadora da Conferência junto com a Mesa Diretora de todas as pendências
354 relativas aos Delegados à 15ª Conferência Nacional de Saúde. Após essas deliberações,
355 a Conselheira Silvany volta ao assunto do PES 16-19, colocando à disposição das
356 Comissões do CES-SP a equipe técnica da SES/SP para esclarecimentos e discussões,
357 afirmando que nada se esgota no PES. Segundo ela, o Plano é uma diretriz muito
358 ampla – o detalhamento vai acontecer nas Programações Anuais e todas serão
359 submetidas ao Conselho para aprovação. Finalizado o assunto, o Secretário Executivo
360 Belfari fala do processo de licitação das passagens aéreas para a Delegação Paulista
361 participar da 15ª CNS, e avisa que os funcionários da Secretaria Executiva do CES-SP
362 farão plantão sábado e domingo próximos para sanar as dúvidas dos Delegados e
363 Delegadas e resolver os problemas que possam surgir. Sem mais assuntos a tratar, a
364 reunião é encerrada. **SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES - DELIBERAÇÃO Nº 01 ASSUNTO:**
365 **Aprovação da Ata do Pleno de 20/10/2015 DECISÃO:** Aprovado por unanimidade.
366 **DELIBERAÇÃO Nº 02 ASSUNTO:** Alteração da Ordem do Dia, para inclusão em pauta de
367 homologação de representante para palestrar na Conferência Municipal de Saúde de
368 Cubatão; Ofício do CNS/MS solicitando representante da delegação paulista à 15ª CNS;
369 Homologação dos delegados à 15ª CNS. **DECISÃO:** Aprovado por unanimidade.
370 **DELIBERAÇÃO Nº 03 ASSUNTO:** Homologação de reunião plenária nos dias 11 de
371 dezembro e 18 de dezembro para respectivamente, aprovar o PES e elaborar/aprovar
372 o parecer. **DECISÃO:** 1ª Votação: Empate: 9 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções
373 (com Declaração de voto de Stela F. M. G. Pedreira); 2ª Votação (art. 42 RI): Proposta
374 reprovada por 2 votos a favor, 14 contrários e 5 abstenções. **DELIBERAÇÃO Nº 04**
375 **ASSUNTO:** Homologação do PES na reunião plenária no dia 11 de dezembro em dois
376 períodos para elaboração/aprovação de parecer do PES no período da tarde. **DECISÃO:**
377 Aprovada por 16 votos a favor, 2 contrários e uma abstenção. **DELIBERAÇÃO Nº 05**
378 **ASSUNTO:** Homologação da participação da conselheira Ana Lúcia de Mattos Flores e
379 Conselheiro Benedito Alves de Souza na reunião do Conselho Municipal de Saúde de
380 Bauru no dia 23 de novembro de 2015. **DECISÃO:** Aprovada por 16 votos.
381 **DELIBERAÇÃO Nº 06 ASSUNTO:** Homologação da participação do conselheiro Benedito
382 Alves de Souza no V Encontro Regional de Saúde do Trabalhador no CEREST Regional



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



383 Marília. DECISÃO: Aprovada por 16 votos. DELIBERAÇÃO Nº 07 ASSUNTO:
384 homologação do conselheiro Arnaldo Marcolino da Silva Filho para palestrar na
385 Conferência Municipal de Saúde de Cubatão. DECISÃO: Aprovada por 16 votos.
386 DELIBERAÇÃO Nº 08 ASSUNTO: Homologação do conselheiro Pe. João Inácio Mildner
387 para ser o representante da delegação paulista na 15ªCNS. DECISÃO: Aprovada por 16
388 votos. DELIBERAÇÃO Nº 09 ASSUNTO: Homologação dos delegados e convidados para
389 a 15ªCNS com as alterações promovidas pela Comissão Organizadora. DECISÃO:
390 Aprovada por 16 votos. Nada mais havendo, esta ata foi elaborada por Solange Gomes,
391 Beatriz Pinheiro e Belfari Guiral.